REFLEXÕES SOBRE EDUCAÇÃO AMBIENTAL E O PAPEL DO EXTENSIONISTA URBANO-RURAL, NA CONSTRUÇÃO DE UMA SOCIEDADE SUSTENTÁVEL¹

José Angelo Nicácio², Liliane Dalbello³

RESUMO: O presente ensaio traz uma reflexão sobre educação ambiental, considerando as mudanças sócio econômicas e culturais, e suas influências no processo de desenvolvimento de pessoas ou regiões. Isto se faz através do estado d'arte da educação ambiental, do processo de extensão urbano-rural, objetivando definir o papel do extensionista, através de uma linha de abordagem qualitativa, aliada a uma pesquisa bibliográfica exploratória, caracterizando os problemas que afetam a extensão enquanto atividade de desenvolvimento e de educação ambiental, diante das transformações políticas, legais, econômicas e sociais do Brasil, utilizando os recursos da polifonia, para sustentar o trabalho.

PALAVRAS-CHAVE: Educação ambiental; extensão urbana-rural.

REFLECTIONS ON ENVIRONENTAL EDUCATION AND THE ROLE OF URBAN-RURAL WORKERS IN THE CONSTRUCTION OF A SUSTAINABLE SOCIETY

SUMMARY: This paper reflects on environmental education, considering the changing social, economic and cultural, and their influence in the development of people or regions. This is done through the state d'art environmental education, the process of urban-rural extension, aiming to define the role of extension worker, through a range of qualitative approach, combined with a bibliographical research, characterizing the problems that affect the extent while development activities, environmental education, given the political, legal, economic and social consequences of Brazil, using the resources of polyphony, to support their work.

KEYWORDS: Environmental education, urban-rural extension.

INTRODUÇÃO

Na complexidade do mundo moderno, a ciência – e todas as formas de construção do saber e do fazer - avançam cada dia, pois novos conhecimentos são necessários para resolver novos e mais complexos problemas, resultantes das mudanças introduzidas pela revolução

¹Trabalho inédito

² Doutor, Administrador, Prof. Adjunto, CCSA, Unioeste, Campus MRC, Marechal Candido Rondon, Pr, janicacio@hotmail.com

³ Mestre, Contadora, Prof. Assistente, CCSA, Unioeste, Campus Foz, Foz do Iguaçu, Pr, Iilianedalbello@gmail.com

industrial, revolução verde, revolução tecnológica e pela expansão e internacionalização do comércio, da informação e da cultura, exercendo de uma forma ou de outra uma pressão sob a disponibilidade e qualidade dos recursos naturais não renováveis.

Isto tem levado a uma reestruturação produtiva, nas organizações e na sociedade com reflexos na relação da formação do trabalho, e, principalmente a necessidade de inserir a questão da preservação ou uso sustentável destes recursos através de um processo de ensino e aprendizagem denominado como a educação ambiental,

É emblemático que a educação ambiental, de modo geral, tem-se tornado objeto de diversos estudos e discursos, em virtude do problema gerado na sociedade em que o desenvolvimento social e econômico, já representa uma agressão ao meio ambiente, mas que sem dúvida favoreceu para um redirecionamento do processo de ensino e aprendizagem.

Neste trabalho é desenvolvida uma análise a cerca do pensamento crítico no processo de educação ambiental, definido principalmente pelo papel do extensionista face aos impactos das mudanças ocorridas na sociedade urbana-rural. Para tanto realizou-se um estudo qualitativo com abordagem fenomenológica, realizado por meio de revisão bibliográfica para caracterização da educação ambiental, a incorporação da maiêutica socrática no papel do extensionista urbano-rural.

A metodologia utilizada segue uma linha de abordagem qualitativa, aliada a uma pesquisa bibliográfica exploratória, uma vez que o autor a partir de um estudo de campo, que analisa e estuda os problemas que afetam a extensão enquanto atividade de desenvolvimento, a educação ambiental, diante das transformações políticas, legais, econômicas e sociais do Brasil, utilizando os recursos da polifonia, para sustentação do trabalho. (Nicácio, 2002)

EDUCAÇÃO AMBIENTAL

A educação ambiental se alinha em um amplo projeto educativo de desenvolvimento urbano e rural, com objetivo de propiciar o bem-estar social, conseqüência da consciência cidadã e da construção de conhecimentos específicos sobre as obrigações do cidadão, pois quando há consciência de suas obrigações consequentemente, todos os direitos são preservados, inclusive o direito a um ambiente saudável/sustentável e a sociedade está capacitada a reverter suas próprias mazelas, quer seja a exclusão social, a violência, a corrupção privada-pública (corruptor-corrupto), entre outros.

A forma ou modelo eficaz para modificar essa realidade, ou para atingir estes objetivos, é sem dúvida, a educação. Uma Educação capaz de contribuir para a formação de uma nova moral, em que a sociedade e tudo o que é vivo se sobreponha, pois a questão ambiental de acordo com o pensamento de Perez & Cabrera (1996), não deve ser caracterizada como "problema".

As Ciências Sociais Aplicadas assume como conceito problema toda situação que exige uma ação modificadora ou transformadora, e a solução exigida tem que ser desconhecida, quando é conhecida deixa de ser problema. Ou, seja na questão ambiental já se modela a situação desejada, portando o problema não é mais os reflexos futuros de uma miopia desenvolvimentista⁴, e sim porque as soluções não estão sendo aplicadas e se estão, porque os resultados são insatisfatórios, pois não se sustentam no longo-prazo.

Essa afirmação leva a conclusão de que o problema é método de educação da

⁴Miopia Desenvolvimentista: é a falta de percepção de que o meio ambiente é indispensável para a sobrevivência da humanidade e que precisamos encontrar meios para que não se esgote, e que a concentração de renda e a proliferação da pobreza inibem o consumo de bens de capitais e, consequentemente, reduzem a multiplicação do lucro no longo prazo. (Nicácio, 2002)

extensão urbana-rural, ou, o processo de execução. Educação engloba os processos de ensinar e aprender, é um fenômeno observado em qualquer sociedade e nos grupos constitutivos destas, responsável pela sua manutenção e perpetuação a partir da transposição, às gerações que se seguem, dos modos culturais de ser, estar e agir necessários à convivência e ao ajustamento de um membro no seu grupo ou sociedade. Enquanto processo de sociabilização, a educação é exercida nos diversos espaços de convívio social, seja para a adequação do indivíduo à sociedade, do indivíduo ao grupo ou dos grupos à sociedade.

O método de educação usal, mesmo nas instituições públicas é ensinado tal como os sofistas, é de preparar o indivíduo para a sua profissão, sendo suas características principais: o humanismo e o relativismo. Humanismo, pois a sua preocupação central era o homem e seus problemas da vida prática, e não da natureza, mesmo como todo discurso do ecologicamente correto. Relativismo porque, o conhecimento se baseava somente na percepção sensorial e depende das circunstâncias nas quais se encontra – relativo.

Isto faz da educação um processo de conhecimento não estável e definitivo: e que de acordo com Saccol & Munck (2003) nada existe que possa ser conhecido; se puder ser conhecido não pode ser comunicado, se puder ser comunicado, não pode ser compreendido. Isto é a negação da possibilidade de desvendar a natureza das coisas, fundamentar o conhecimento real a partir de impressões sensíveis. O não leva ao conhecimento da verdade, mas somente ao discurso, e todo o conhecimento, noções, regras básicas e valores humanos são relativos. A educação passa a ter valor, o indivíduo que domina um relativo conhecimento, e este deve servir ao individual, esforçando para defender um determinado ponto de vista ou aos seus interesses, mesmo que a verdade não seja absoluta.

Esta postura dificulta todo e qualquer processo de Extensão Rural-Urbana, pois a reprodução do conhecimento se dá da mesma forma de como foi adquirido – pagar, ter conhecimento é um *status* um privilégio.

O entendimento sobre educação ambiental nos estudos de Avanzi (2004, 2003 e 2002), e seu suporte teórico como: Boff (2003), Freire (1998, 1975) e Gadotti (2001), pode ser assim sintetizado:

- Tem como base o pensamento crítico e inovador, em qualquer tempo ou lugar, em seus modos formal e não formal, promovendo a transformação e a construção da sociedade; sendo individual e coletiva, com o propósito de formar cidadãos com consciência local e planetária, que respeitem a autodeterminação dos povos e a soberania das nações;
- Envolve uma perspectiva sistêmica, enfocando a relação entre o ser humano, a natureza e o universo de forma interdisciplinar; estimulando a solidariedade, a igualdade e o respeito aos direitos humanos, valendo-se de estratégias democráticas e interação entre as culturas, integrando conhecimentos, aptidões, valores, atitudes e ações, convertendo cada oportunidade em experiências educativas das sociedades sustentáveis;
- Ajudar a desenvolver uma consciência ética sobre todas as formas de vida com as quais compartilham este planeta, respeitar seus ciclos vitais e impor limites à exploração dessas formas de vida pelos seres humanos.

De acordo com Nicácio (2002)Teoria que visa caracterizar uma concepção alternativa de política-econômica-social de desenvolvimento, buscando a sustentabilidade, através das dimensões:

 Sustentabilidade econômica: busca reduzir as distâncias entre padrões de vida ricos e pobres e melhoria da qualidade de vida de todos os envolvidos nas distintas iniciativas de desenvolvimento:

- Sustentabilidade ecológica: destina-se à conservação dos sistemas naturais, preservando a biodiversidade, respeitando a sociodiversidade e garantindo sua capacidade de suporte e regeneração diante dos impactos causados pela ação humana;
- Sustentabilidade espacial: voltada a uma configuração rural-urbana mais equilibrada e a uma melhor distribuição territorial de assentamentos humanos e atividades econômicas, promove projetos modernos de agricultura regenerativa, agroflorestamentos e agroindústrias, proporcionando acesso a técnicas adequadas e estabelecendo medidas de proteção a ecossistemas frágeis;
- Sustentabilidade cultural: a partir de peculiaridades de cada local, busca-se projetar, participativamente, um futuro apropriado às expectativas, necessidades e características de sua população. Os processos produtivos, tecnologias, modalidades de consumo e forma de vida são questionados, planejados e implementados dentro de uma perspectiva de reforçar os vínculos de relações entre os indivíduos e seu grupo e entre eles e o meio ambiente, a sociedade e as gerações futuras;

O conceito de educação ambiental engloba uma teia complexa de noções, por vezes contraditórios. Noções que têm evoluído ao longo do tempo, em sintonia com a evolução das perspectivas sobre o desenvolvimento, a educação e a comunicação, fazendo com ela seja: a) processo de educação não-formal; b) instrumento de desenvolvimento econômico; c) instrumento de desenvolvimento humano e social, e d) instrumento de mudança. Pois, esta ligada ao vasto campo da educação permanente ou contínua, andragógica e revestindo-se de características próprias da chamada educação não-formal⁵, devendo ser uma atividade organizada e sistemática, visando oferecer oportunidades de aprendizagem a diversos grupos de interlecutores. Como educação não-formal, conforme Nicácio (2002), referem-se dois princípios importantes:

- "Aprender fazendo": como forma de educação ligada 'a vida, deve ter um caráter prático, procurando formas e usando metodologias que permitam a aquisição, desenvolvimento e mudança de conhecimentos e/ ou habilidades, em ligação com problemas e preocupações concretas.
- "Aprender a aprender": deve procurar desenvolver a autonomia dos indivíduos face à aprendizagem, desenvolver a sua capacidade de aprender, fornecer instrumentos que facilitam a aquisição de conhecimento e análise e resolução de problemas, individual e/ou coletivamente.

A educação ambiental propicia o desenvolvimento global ou integral, pois ajuda as pessoas a aumentar sua capacidade de identificação, análise e resolução de problemas, de desenvolver o seu espírito crítico, e de estimular sua capacidade de organização e intervenção e a percepção de que a mudança é uma constante nesta discussão.

Tanto é que no Estado Brasileiro a educação ambiental assume uma perspectiva mais abrangente, não restringindo seu olhar à proteção e uso sustentável de recursos naturais, mas incorporando fortemente a proposta de construção de sociedades sustentáveis. Mais do que um segmento da Educação, a Educação em sua complexidade e completude, de acordo com a Lei n° 9.795 de 27/4/1999— Lei da Educação Ambiental, em seu Art. 2° afirma: "A educação ambiental é um componente essencial e permanente da educação nacional, devendo estar presente, de forma articulada, em todos os níveis e modalidades do processo educativo, em

⁵ Educação não formal é feita com a participação não voluntária e é caracterizada pela: ausência de restrição de idade; inexistência de horários rígidos, inexistência de esquemas de avaliação formal e não atribuição de graus.

caráter formal e não-formal.

Quer seja uma discussão acadêmica ou uma peça legal a educação ambiental objetiva despertar em todos a consciência de que o ser humano é parte do meio ambiente. Ela tenta superar a visão antropocêntrica, que fez com que o homem se sentisse sempre o centro de tudo esquecendo a importância da natureza, da qual é parte integrante.

O PAPEL DO EXTENSIONISTA

A extensão urbana-rural é um processo educacional que objetiva ajudar o povo (considerando povo – indivíduos e instituições) interpretar e responder, de maneira apropriada, as mensagens de mudanças no ambiente, que interessam à promoção do desenvolvimento sócio-econômico de um determinado território, através das forças vivas da comunidade;

Seu papel pode ser revelado através do desdobramento de suas diferentes finalidades, como as: a) melhorar as condições econômicas e sociais da população; b) aplicar os conhecimentos da ciência e a pesquisa aos problemas da população urbano e rural - PUR; c) estender a PUR conhecimentos e habilidades, para a melhoria do seu nível de vida. d) estimular os processos de mudanças da PUR, nos campos técnico, econômico e social, e) preparar um dispositivo de disparo, que coloque em ação as aspirações e as capacidades das pessoas para o progresso; f) criar uma reação em cadeia que resulte em melhores condições de vida e de trabalho para a PUR, g) incorporar as massas PUR, através da educação, aos programas de desenvolvimento de um país., h) acelerar o desenvolvimento econômico e social da sua região; i) aumentar a renda da PUR, e j) servir de ponte entre a pesquisa e a PUR.

Extensão urbana-rural deve ser entendia com um processo educacional baseado no conhecimento da realidade territorial e das suas necessidades, tendo a participação da família, dos líderes da comunidade e o apoio das autoridades locais, além de ser processo cooperativo de mobilização da liderança política, econômica e social, tendo em vista sua integração ativa no desenvolvimento sócio-econômico da região e na elevação do nível de vida da PUR; como as seguintes características: a) Extensão urbana-rural é um sistema educacional; b) baseia-se na realidade urbano-rural; c) trabalha com programas elaborados com a população; d) trabalha de forma integrada com outras agências ou instituições; c) estimula e utiliza a liderança e o trabalho em grupo; d) adota a família como unidade de trabalho; e) começa o processo educativo ao nível da população economicamente ativa — PEA; f) articula-se com a pesquisa; g) faz constante avaliação do trabalho em execução; h) atua em consonância com a política de desenvolvimento do País; e i) deve ser um sistema apolítico.

Mas, tradicionalmente o extensionista urbano-rural, reproduz, sua formação paradigmática na qual se aprisionam os professores(as), apresenta-se fragilizada em sua prática profissional. As práticas resultantes (por não serem conscientes, levam a não fazer diferente) tendem a reproduzir o fazer o lhe que foi ensinado. Ou seja, limitados por uma compreensão de mundo moldada pela racionalidade hegemônica, geram-se práticas, entre elas a ação discursiva, incapazes de fazer diferente do "caminho único" prescrito por essa racionalidade, efetivando-se a hegemonia em que nesse exercício, estejam os educandos e educadores, nos formando e contribuindo, pelo exercício de uma cidadania ativa, na transformação da grave crise socioambiental vivida. Das ações pedagógicas às mudanças propostas.

Como o processo de educação ambiental, exige ações andragógicas, que reflitam sua compreensão, superando a mera transmissão de conhecimentos ecologicamente corretos, assim como as ações de sensibilização, envolvendo afetivamente os interlocutores com a

causa ambiental.

Seguindo o Instituto Legal (lei 9.795/1999), a educação ambiental é a ação educativa permanente pela qual a comunidade educativa têm a tomada de consciência de sua realidade global, do tipo de relações que os homens estabelecem entre si e com a natureza, dos problemas derivados de ditas relações e suas causas profundas. Ela desenvolve, mediante uma prática que vincula o educando com a comunidade, valores e atitudes que promovem um comportamento dirigido a transformação superadora dessa realidade, tanto em seus aspectos naturais como sociais, desenvolvendo no educando as habilidades e atitudes necessárias para dita transformação.

Ainda, a mesma peça legal, leva ao entendimento que a educação ambiental é um processo de reconhecimento de valores e clarificações de conceitos, objetivando o desenvolvimento das habilidades e modificando as atitudes em relação ao meio, para entender e apreciar as inter-relações entre os seres humanos, suas culturas e seus meios biofísicos. A educação ambiental também está relacionada com a prática das tomadas de decisões e a ética que conduzem para a melhoria da qualidade de

Em todos os instrumentos, quer seja pelo artífico legal, quer seja pela evolução conceitual educação ambiental é considerado um processo pedagógico participativo em contraposição do andragógico. Onde é delineado o que é, mas não quem faz, há uma omissão de quem fazer executar o processo;

A própria lei 9.795/1999, no seu artigo 1º define que educação ambiental é o processo em que se busca despertar a preocupação individual e coletiva para a questão ambiental, garantindo o acesso à informação em linguagem adequada, contribuindo para o desenvolvimento de uma consciência crítica e estimulando o enfrentamento das questões ambientais e sociais. Desenvolve-se num contexto de complexidade, procurando trabalhar não apenas a mudança cultural, mas também a transformação social, assumindo a crise ambiental como uma questão ética e política.

Ai, os estudos de Saccol & Munck, 2003, tem uma importante contribuição para definir ou moldar o papel do extensionista urbano-rural, que não é apresentar respostas prontas — levar a prática, mas ajudar os seus interlocutores, através da maiêutica a dar a luz suas próprias idéias. Da seguinte forma: a) questionar o interlocutor de forma que ele exponha as suas idéias, provocando-o a explicar suas crenças e questionando-o para que ele fundamente suas idéias e crenças; b) utilizando de uma forma mais reflexiva, deve-se problematizar essas crenças, fazendo com que ele caia em contradição, reconhecendo in suficiências e expondo inconsistências, até que ele conclua que não sabe tanto quanto acreditava em relação a questão ambiental — o reconhecimento da ignorância segundo Sócrates é o princípio da sabedoria;

A partir daí o indivíduo tem o caminho aberto para a busca da verdade, livrando-se de meras opiniões e encontrando o caminho para o conhecimento e a incorporação da consciência ambiental em sua *práxis* de vida. (MARCONDES, 2000)

O que se percebe em análise crítica do perfil do profissional, que está a frente de um processo de extensão urbana-rural, é que possui a teoria e o discurso, mas não a capacidade de convencer o interlocutor de sua *práxis*, ou seja, faça que falo, mas não faça o que faço, esta insegurança, exige que o extensionista faça uma barganha para que os interlocutor assuma seu discurso e execute seu projeto. Isto não é educação, não se sustentará no longo prazo, ou seja, o conhecimento/educação tem prazo de validade.

Conclui-se que educação ambiental e o processos por meio do qual o interlecutor e a coletividade constroi valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade. Cuja finalidade é levar, diretamente, aos adultos e jovens do meio urbano-rural, ensinamentos sobre: comércio, indústria, serviço, agricultura, pecuária e economia doméstica, visando modificar hábitos e atitudes da família, nos aspectos técnico, econômico e social, possibilitando-lhe maior produção e melhorar a produtividade, elevando-lhe a renda e melhorando seu nível de vida. Pois é o processo de estender, a população, conhecimentos e habilidades, sobre práticas economias (comercio, indústria; serviço, agropecuárias e domésticas), reconhecidas como importantes e necessárias à melhoria de sua qualidade de vida

A própria justificativa para a existência das teorias de desenvolvimento é o de estimular a população para que se processem mudanças em sua maneira de criar, estimular a geração de renda, cultivar a terra, de criar o seu gado, de administrar o seu negócio, de dirigir o seu lar, de defender a saúde da família, de educar os seus filhos e, por fim, de trabalhar em favor da própria comunidade, respeitando a natureza de forma permanente.

Pois muitas vezes o extensiomista é chamado de "Agente de Mudança". Pois sua ação está intrinsecamente ligada, não só com a discutida mudança técnica, mas também com mudanças mais globais e complexas, de caráter econômico e social. Exigindo que suas intervenções estimulem mudanças de caráter: a) nível cognitivo (conhecimentos); b) nível afetivo (atitudes), e c) nível psicomotor (habilidades)

Enfim, o papel dos extensionistas urbano-rural em geral têm a incumbência de proporcionar gradativamente aos interlocutores elementos que ampliem suas visões e a capacidade de questionar não só o significado mais o sentido da educação ambiental, para si e a sociedade.

O debate continua. Espera-se que as idéias, dados e a discussão aqui apresentados contribuam para isso e, principalmente, incitem a participação de novos interlocutores, novas idéias e busca de novas soluções, principalmente nas ciências sociais aplicadas, que ao ver dos autores, alicerçado em suas pesquisas não tem propiciado aos formandos a capacidade de enfrentar o novo desafio da sociedade, que é o controle social.

REFERENCIAS

Avanzi, Maria Rita."A trama da rede: uma proposta teórico-metodológica em educação ambiental"(CD ROM). In: V Encontro de Pesquisa e pós graduação em Educação da região sudeste—ANPED sudeste, nov. 2002.

Avanzi, Maria Rita. "Construindo a muitas mãos: reflexões sobre diálogo de saberes a partir de uma pesquisa participativa em educação Ambiental". Revista Série Estudos e documentos. USP–Faculdade de Educação, 2003.

Avanzi, Maria Rita."**Mirando a educação ambiental sob a perspectiva das comunidades interpretativas**".(CD ROM) In: II Encontro da Associação Nacional de Pós Graduação e Pesquisa em Ambiente & Sociedade.—ANPPAS, maio de 2004.

Boff, L. Ethos mundial. Sextante Rio de Janeiro:, 2003.

Freire, P. Extensão ou Comunicação? Paz e Terra, Rio de Janeiro; 1975.

Freire, P. Pedagogia da autonomia. Paz e Terra, 9a edição, Rio de Janeiro, 1998;

Gadotti, M. "Pedagogia da Terra: **Ecopedagogia e educação sustentável**". In: Torres, CA (Org.) Paulo Freire y la agenda de la educación latinoamericana en el siglo XXI. CLACSO; Buenos Aires:, 2001.

Lei nº 9.795/1999, **Política nacional de educação ambiental**, Diário Oficial da União, Brasília-DF, 27/04/1999.

MARCONDES, D. Iniciação a história da filosofia. 4 ed. Jorge Zahar, Rio de Janeiro, 2000;

NICÁCIO, J.A. Elementos necessários para o planejamento da sustentabildade dos municípios de médio e pequeno porte. Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, Florianópolis, 2002;

PÉREZ, Luis Campistrous; CABRERA, Celia Rizo. **Aprender a resolver problemas aritméticos**, Editorial Pueblo y Educación, Cuba, 1996.

SACCOL, Amarolinda Zanela; MUNCK, Luciano. Sócrates e o ensino de graduação em administração de empresas: pela valorização de um posicionamento crítico. **Caderno de Pesquisas em Administração**, FEA/USP, v. 10, no. 4, p. 75-86, outubro/dezembro, 2003;